

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.689.048 - SP (2017/0187609-3)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**RECORRIDO : MILTON VIEIRA DE SOUZA**  
**ADVOGADO : CARLOS ALBERTO ROCA - SP159111**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região assim ementado (e-STJ fl. 150):

PREVIDENCIÁRIO. DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO LEGAL. ART. 557 DO CPC. MANUTENÇÃO DO JULGADO AGRAVADO. EMBARGOS A EXECUÇÃO.

1 - Nos termos do artigo do art. 557, "caput" e parágrafo 1º-A, do Código de Processo Civil, cabe ao relator o julgamento monocrático do recurso, negando-lhe seguimento quando se manifeste inadmissível, improcedente, prejudicado ou para lhe dar provimento se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência do respectivo tribunal ou dos tribunais superiores.

2 - Inviabilidade do agravo legal quando constatada, de plano, a improcedência da pretensão recursal, mantidos os fundamentos de fato e de direito do julgamento monocrático, que bem aplicou o direito à espécie.

3 - Agravo legal desprovido.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 169/176).

Nas suas razões, a autarquia aponta contrariedade dos arts. 297, parágrafo único, 298, § 3º, 520, 948, 949 do Código de Processo Civil de 1973 e dos arts. 876, 884, 885 e 886 do Código Civil. Aduz, em suma, que os valores pagos a maior, devido à antecipação de tutela, devem ser restituídos.

Contrarrazões às e-STJ fls. 198/204. Juízo positivo de admissibilidade pelo Tribunal de origem à e-STJ fl. 222.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC de 2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

Feito esse esclarecimento, verifico que o recurso não merece ser conhecido.

É que o tema devolvido no presente apelo nobre carece do requisito constitucional do prequestionamento. Conquanto não seja exigida a menção expressa aos dispositivos de lei federal, a admissibilidade do recurso na instância excepcional pressupõe que a Corte de origem tenha se manifestado sobre a tese jurídica

apontada pelo recorrente. Esse é o entendimento pretoriano consagrado na edição das Súmulas 282 e 356 do STF.

Impende registrar que a questão da irrepetibilidade das verbas pagas em razão da natureza alimentar somente foi enfrentada em decisão unipessoal (e-STJ fl. 129), cujo fundamento não foi confirmado pelo Órgão Colegiado, que se limitou a apreciar a aplicação da Lei n. 11.960/2009 sobre o crédito exequendo (e-STJ fls. 145/151 e 169/175).

Em situações tais como esta, "caberia à parte, nas razões do seu especial, alegar violação do art. 535 do CPC/73 a fim de que esta Corte pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado, o que não foi feito" (AgRg no AREsp 650.702/SC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, Terceira Turma, julgado em 04/08/2016, DJe 09/08/2016).

Nos termos do disposto no art. 85, § 11, c/c o art. 98, § 1º, VI, §§ 2º e 3º, do CPC/2015, deve ser fixada a verba honorária recursal, inclusive ao beneficiário da assistência judiciária gratuita.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial da autarquia. Majoro os honorários recursais em 10% sobre o valor já fixado na origem, respeitados os limites e os critérios previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator